

A EXPANSÃO DO TECIDO URBANO DE MACEIÓ EM DIREÇÃO A MARECHAL DEODORO, ALAGOAS: REFLEXÕES SOBRE AS DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Rennisy Rodrigues Cruz¹

RESUMO

Impulsionado pela perspectiva hegemônica de produção, o espaço é produzido conforme interesses diversos. Nesse ínterim, as cidades vão se expandindo, crescendo de forma desigual e ampliando o tecido urbano para outros municípios limítrofes, principalmente na região metropolitana. A capital de Alagoas, Maceió, embora apresente um crescimento mais horizontal em boa parte do seu território, nota-se que há uma procura por loteamentos e condomínios residenciais de médio e alto padrão em Marechal Deodoro na AL 101 Sul ou no interior dos povoados da Santa Rita, Barra Nova e Massagueira. Este artigo objetiva analisar a expansão do tecido urbano de Maceió que transborda em direção a Marechal Deodoro e refletir sobre as dinâmicas socioambientais decorrentes. Esses fatores vêm intensificando a ocupação na Área de Proteção de Santa Rita e promovendo a ocupação desigual e seletiva do espaço.

Palavras-chave: Condomínios. Segregação socioespacial. Unidade de Conservação.

GT 12- Produção do espaço urbano numa perspectiva crítica

I INTRODUÇÃO

Os impactos, conflitos socioambientais e a exploração do homem pelo homem vêm se intensificando gradativamente, esses problemas são reflexos das relações sociais baseadas no sistema hegemônico de produção, onde reifica-se o ser social, a natureza é artificializada e as mercadorias são humanizadas. Sob a perspectiva capitalista os recursos naturais são usados como meio de produção, como matéria-prima ou pela estética paisagística que apresentam. Esses fatores contribuem para a criação de espaços, fragmentados, articulados e exclusivistas, tal como é a estrutura social.

¹ Gestora Ambiental e Licenciada em Geografia. Especialista em Educação e Meio Ambiente, Gestão de projetos e Docência. Mestra e Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA – UFPE. E-mail: rrcambiental@gmail.com. O presente artigo é parte dos resultados da dissertação de Mestrado que foi orientada pela professora doutora Edvânia Tôrres Aguiar Gomes da UFPE e coorientado pela professora Mariana Zerbone da UFRPE.

As áreas que apresentam características ambientais atrativas para o capital imobiliário e turístico são apropriadas por uma pequena parcela da sociedade. O discurso e as medidas protetivas do estado parecem não conseguir combater a especulação imobiliária que vem causando diversas transformações no espaço, como: a segregação e desigualdade. O que se configura na maioria dos casos é a intervenção do poder público na “Elaboração de leis e normas vinculadas o uso do solo, entre outras normas de zoneamento e o código de obras” (CORRÊA, 1989, p. 24) que vão moldando o espaço urbano conforme interesses diversos.

Nota-se que boa parte das áreas litorâneas de Alagoas vêm sofrendo uma invasão do setor imobiliário e turístico causando mudanças significativas na relação sociedade e natureza, tendo como consequência expulsão e destruição de comunidades tradicionais e dos recursos naturais, além disso, verifica-se a transformação das formas de trabalho, a perda da identidade cultural e afetiva da população com o lugar, o qual passa a produzido e reproduzido sob a égide do capital.

No caso do presente artigo, que objetivou analisar a expansão do tecido urbano de Maceió em direção a Marechal Deodoro em Alagoas e refletir sobre as dinâmicas socioambientais decorrentes, foi realizado um levantamento sobre o histórico de ocupação de parte do território de Marechal Deodoro, localizado na região metropolitana de Maceió, por empreendimentos imobiliários, equipamentos industriais, com investimento em infraestrutura urbana a partir da duplicação da AL 101 Sul e construções de pontes e viadutos, causando problemas socioambientais, segregação espacial e desterritorialização de comunidades tradicionais.

A pesquisa foi desenvolvida, metodologicamente, por meio de revisão de literatura, visitas de campo com registro fotográfico e mapeamento, análise documental do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Marechal Deodoro, Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Santa Rita e leis de incidem sobre a área.

II REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO GEOGRÁFICO

Santos (2012) define o espaço como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações. O objeto é resultado da ação humana a partir do trabalho, ou seja, a desnaturalização da natureza por meio de um conjunto de intenções sociais. No princípio tudo eram coisas, recursos naturais, no entanto com o trabalho, como teleologia primária, o ser social se construiu e passou a transformar a natureza para atender suas necessidades imediatas. Para

Konder (1985), os demais animais também agem de forma imediata, mas são guiados pelo instinto, “as forças naturais”, já o ser humano tem a capacidade de antecipar em sua cabeça os resultados de suas ações, logo, pode escolher ou não a direção que pode seguir para alcançar a finalidade.

No espaço geográfico existem elementos fixos e fluxos, o primeiro são fixados em cada lugar e permitem ações que os modelem, o segundo são móveis ou renovados que recriam as condições socioambientais e redefinem cada lugar (SANTOS, 2012). As pontes, estradas, viadutos, fábricas, casas são construídos nos lugares, obedecendo na sua maioria uma lógica estranha a eles que atendem intencionalidades, ao mesmo tempo em que transformam o lugar também são transformados.

A depender dos fixos, por exemplo, a instalação de uma indústria ou um complexo industrial, a cidade ou município acaba se tornando mais atraente para a materialização das atividades econômicas, com esse fixo surgem novos empreendimentos e outros espaços são produzidos para atenderem a demanda desse agente, resultando por sua vez, no aumento populacional, na destruição dos recursos naturais, segregação socioespacial e em uma nova dinâmica territorial, econômica, social e ambiental.

Essa intervenção humana promove historicamente a criação de objetos dotados de valor. Segundo Santos (2012), a natureza na sua concepção ontológica era formada por objetos naturais que ao passar do tempo foi sendo rapidamente transformada em objetos técnicos, fabricados, cibernéticos, “[...] fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina” (SANTOS, 2012, p. 39). Com a presença desses objetos (hidroelétricas, estradas, fábricas, usinas, cidades), o espaço vai recebendo acréscimos e mudando gradativamente. No entanto, antes da produção material existe, em muitos casos, a científica realizada em instituições de ensino, que por sua vez, muitas vezes são financiadas pelos mesmos agentes que usufruem, largamente, dos resultados obtidos. Santos (2012) assevera que:

O objeto é científico graças à natureza de sua concepção, é técnico por sua estrutura interna, é científico-técnico porque sua produção e funcionamento não separam técnica e ciência. E é, também, informacional porque, de um lado, é chamado a produzir um trabalho preciso – que é uma informação – e, de outro, funciona a partir de informações. Na era cibernética que é a nossa, um objeto pode transferir informação a outro objeto (SANTOS, 2012, p. 215).

Para Tonet (2016), com criação de novos objetos, a generalização do conhecimento e de elementos subjetivos, além do uso desses objetos é possível notar duas consequências de

maior importância. A primeira seria o enriquecimento cada vez maior do patrimônio comum. “A constante criação do novo, respondendo as novas e mais amplas necessidades, torna o mundo dos objetos cada vez mais rico”. Que, por sua vez, a materialização desses objetos (patrimônio comum), por meio da generalização, possibilita que aquele grupo que os detém se torne, na prática, cada vez mais complexo. Segunda, de acordo com (TONET, 2016, p. 45) “[...] a criação de novos conhecimentos, habilidades, valores, afetos e comportamentos e a sua apropriação pelos indivíduos faz com que estes, por sua vez, também se tornem cada vez mais complexos”.

Esse processo de criação de objetos acarreta um contínuo e crescente afastamento do homem da natureza e permite, a partir dos conhecimentos obtidos ao longo da história, a sua dominação. Para (SANTOS, 2012, p. 332), “Os objetos que constituem o espaço geográfico atual são intencionalmente fabricados e intencionalmente localizados. A ordem espacial assim resultante é, também, intencional”. Ao mesmo tempo em que há a objetivação, ou seja, a criação de objetos se tem dialeticamente a construção de conhecimentos e habilidades, com isso o espaço é transformado, pois ele também é reflexo da estrutura social.

Nesta perspectiva, Tonet (2016) mostra que o conhecimento científico vai se tornando, no decorrer da história, uma condição importantíssima para expansão da base material do capitalismo. “Por isso mesmo, o conhecimento da natureza, das suas leis imanentes, reais, impunham-se como a principal tarefa e tornava-se uma necessidade inescapável”. (TONET, 2016, p. 43). Em direção à perspectiva de Tonet, Santos (2012, p. 216) acrescenta que os “Objetos criados deliberadamente e com intensão mercantil são movidos por uma informação concebida cientificamente, através de um sistema de ações subordinado a uma mais-valia mundial”.

Para desvelar as contradições inerentes ao sistema hegemônico de produção e com elas a transformação e organização material do espaço geográfico, Santos (2014) nos mostra que essa compreensão só é possível mediante a análise do processo dialético entre formas, estrutura, funções e processos através do tempo (SANTOS, 2014). Nenhuma dessas categorias pode ser analisada separadamente, apenas o uso simultâneo permitirá compreender a totalidade concreta.

Segundo o autor, o real em sua totalidade implica um movimento, logo está em permanente (processo) que é comum a estrutura, função e forma, ou seja, é uma totalidade concreta e conseqüentemente dialética. A estrutura, assim como a totalidade não para no tempo,

não é congelada, vai mudando. “Sua evolução é qualitativa e quantitativamente diferente para cada uma delas e também para cada um dos seus componentes” (SANTOS, 2014, p. 78).

A aparência do objeto (forma) pode ser facilmente manipulada, produz uma realidade que apresenta um real enganoso, porque as análises são feitas superficialmente, sem levar em consideração o todo e todas as partes envolvidas e relacionadas. Assim, mesmo os homens e mulheres sendo sujeitos históricos e construindo a realidade concreta, nem sempre essa realidade apresentada é verdadeira posto que a práxis se torna utilitarista e as ações são guiadas pelas intencionalidades.

A esse respeito (KOSIK, 2002, p.15), afirma que “O mundo da pseudoconcreticidade é um claro escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de certos ângulos e aspectos”. Com essa definição, o autor mostra que com a pseudoconcreticidade, apenas uma parte do todo é investigada e com isso o objeto se dissolve, mas mesmo assim, a realidade construída serve como história, passando a mostrar uma perspectiva que atende aos interesses daqueles que possuem a consciência da classe trabalhadora e concentra o capital, assim:

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também a consciência e, por isso, pensam na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (ENGELS; MARX, 2007, p. 45).

Por terem concentrados em seu poder os meios de produção e os aparelhos ideológicos do estado, a classe dominante impunha suas ideias para a grande maioria da população e direciona seu feitiço de ver e compreender o mundo a partir da constante produção de mercadorias e da concentração de riquezas. Os espaços, sob o signo do capital, imprimem em sua forma as intenções daqueles que operam por meio da constante produção da mais-valia.

Conforme definido por Santos (2014), a forma é o aspecto fenomenológico do espaço, logo, é o que pode ser visto a partir do real, todavia se for isolada obtêm-se uma mera descrição dos aspectos em um dado instante no tempo. Castro, et. al (2007), didaticamente apresenta como exemplo de forma uma casa, um bairro ou uma cidade, até mesmo uma rede urbana, tudo isso em diferentes escalas. Assim:

Pode-se expressar a forma como uma estrutura revelada. Sendo mais visível, ela é, aparentemente e até certo ponto, mais fácil de analisar que a estrutura. As formas ou artefatos de uma paisagem são o resultado de processos passados ocorridos na estrutura subjacente. Todavia, divorciada da estrutura, a forma conduzirá a uma falsa análise: com efeito, formas semelhantes resultam de situações passadas e presentes extremamente diversas. A refletir os diferentes tipos de estrutura, aí estão as diferentes formas reveladas – naturais e artificiais. Ambas estão sujeitas a evolução e, por esse meio, as formas naturais podem tornar-se sociais. (SANTOS, 2014, p. 69/70)

A forma apresenta uma pista para compreensão e análise do espaço, além disso, é o ponto de partida para o aprofundamento crítico do que é dado superficialmente ao longo da história. Desvelar a realidade é desconstruir a história criada por aqueles que representam os interesses puramente monetários e construir uma análise em que a totalidade concreta seja apresentada.

A partir dessas discussões, o que se tem na atualidade é um mundo cheio de fetichizações, do predomínio da estética e da falsa realidade, onde “A práxis utilitária cotidiana cria “o pensamento comum” – em que são captados tanto a homiliaridade como as coisas e o aspecto superficial das coisas quanto à técnica de tratamento das coisas como forma de seu movimento e de sua existência” (KOSIK, 2002, p. 19). Ou seja, o imediatismo e os fenômenos penetram na consciência da sociedade, naturalizando a ideia dominante e criando um mundo de errôneas certezas. Tudo isso é estratégico para o fomento e manutenção do senso comum.

Complementando a análise de Kosik (2002), (SOUZA, 2018, p. 09), “aponta que a realidade social não é visível a olho nu”, ou seja, o mundo não é transparente aos olhos humanos, não são os músculos que fazem enxergar e sim as ideias dominantes e compartilhadas repetidamente, “verdades” selecionadas que distorcem e escondem o que não pode ser visto.

Assim é a forma, que está vinculada a estrutura, pois ela muda conforme as determinações das relações sociais, ou seja, um determinado espaço é produzido (forma), de acordo com os interesses que estão por trás (estrutura), que por sua vez terá uma função que atende aos interesses dominantes. A forma não é modificada imediatamente, como uma espécie de mágica, têm-se uma mistura do velho com o novo, é um processo.

Detalhando a função do espaço, Castro, et. al (2007), mostra que a noção de *função* implica o papel que desempenha o objeto criado. Para o autor “Habitar, viver o cotidiano, a vida em suas variadas facetas – trabalho, compras, lazer – [...] são funções associadas, respectivamente, a casa, ao bairro, à cidade e à rede urbana” (CASTRO, et. al, 2007, p. 77).

A relação entre forma e função é inicialmente direta, por exemplo, um objeto é criado (forma) para desempenhar uma ou mais funções. Todavia ao analisar apenas essas duas categorias desenvolve-se um estudo apenas funcionalista do espaço.

III ANÁLISE DAS DETERMINAÇÕES DE/EM ALAGOAS: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO A PARTIR DA EXPANSÃO DO TECIDO URBANO DE MACEIÓ EM DIREÇÃO A MARECHAL DEODORO ENTRE OS ANOS 1970 A 2022

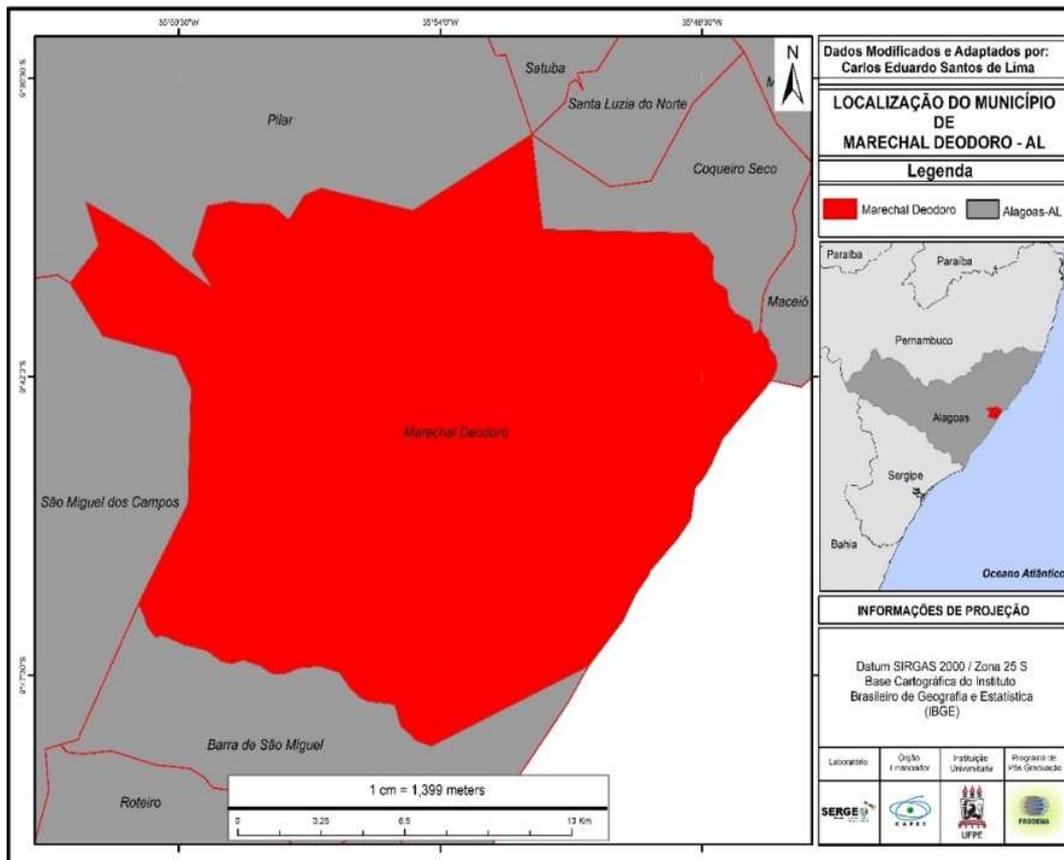
O município de Marechal Deodoro², conforme a (Figura 01), está localizado no Estado de Alagoas, no nordeste brasileiro, tem uma população estimada para 2021 em 52.848 habitantes e uma área de 361,85 km² com densidade demográfica de 138, 62 hab/km², (IBGE, 2010). O município em 2006 foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – PHAN como Patrimônio Histórico Nacional. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDMH é de 0.642, com Produto Interno Bruto - PIB per capita, de R\$ 29.071,13, ocupando a posição de 2º lugar em Alagoas (IBGE, 2018).

O município é integrante da Região Metropolitana de Maceió³ (RMM), a qual foi constituída em 1998 por meio da lei complementar nº 18 envolvendo os municípios de Atalaia, Barra de Santo Antônio, Paripueira, Pilar, Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Maceió, Rio Largo, Messias, Satuba, Santa Luzia do Norte e Marechal Deodoro. Em 2014 foi introduzido o município de Murici. A RMM abrange uma área de 1.936 km² como uma população de 1.304.190 habitantes (MACHADO, 2016). De acordo com Lefebvre (2004, p. 17) “As cidades pequenas e médias tornam-se dependências, semicolônias da metrópole”. No caso de Marechal Deodoro é nítida a expansão do tecido urbano de Maceió em direção ao município.

² De acordo com a prefeitura de Marechal Deodoro, o atual município foi fundado em 05 de agosto de 1591 com a denominação de Sesmaria de Santa Madalena do Sumaúma, foi doado a Diogo de Melo Castro com os seguintes limites: Cinco léguas do litoral da Pajuçara ao porto do Francês; Sete léguas de frente a fundos para o sertão e mais quatro léguas da boca do rio Paraíba. Em 12 de abril de 1636 passou a ser denominada de Vila Santa Madalena da Lagoa do Sul. Em 16 de setembro de 1817 a mesma passou a ser a Capital da província das Alagoas. Em 08 de março de 1823 foi elevada a cidade. O município foi criado em 09 de novembro de 1939, com a denominação de Marechal Deodoro, em homenagem ao Marechal Deodoro da Fonseca, alagoano que foi o primeiro presidente da república do Brasil. Em 16 de setembro de 2006, foi considerada pelo Ministério da Cultura como Patrimônio Histórico Nacional, em virtude do seu passado e de ter sido berço do Marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República Brasileira. Fonte: <https://www.marechaldeodoro.al.gov.br/a-cidade/historia/>. Trecho retirado na íntegra do site da prefeitura municipal.

³ A cidade de Maceió possui uma população estimada em 2021 em 1.031.597 habitantes em 2010. De acordo com o censo de 2010 era de 932.748 pessoas, com território de 509,320km² e densidade demográfica 1.854,10 hab/km². Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al/maceio.html>, 2022.

Figura 01 – Mapa de Localização do Município de Marechal Deodoro – AL



Fonte: IBGE, adaptada por Lima, (2018).

Em seu território está presente a maior ilha lacustre do Brasil (Ilha de Santa Rita), a praia do Francês, a praia do Saco da Pedra e a prainha da Barra Nova. Além do centro histórico do município, outro ponto de destaque é a comunidade da Massagueira, conhecida como polo gastronômico do litoral sul do Estado. Atualmente percebe-se um aumento significativo no

número de habitantes, loteamentos e residenciais em Marechal Deodoro⁴, com destaque nos povoados da Barra Nova, Santa Rita, Massagueira (Rua Nova, Mucuri e Massagueira de Baixo) e Francês. Considerando a proximidade do centro de Maceió, cerca de 15 km, e a existência de diversos atrativos naturais, como a praia do Saco e do Francês, Laguna Manguaba e Unidades de Conservação – Área de Proteção Ambiental de Santa Rita – APASR e a Reserva Ecológica Saco da Pedra -, os setores turístico e imobiliário passaram a promover a região, intensificando a especulação imobiliária e a ocupação de áreas próximas as praias e na APA de Santa Rita.

A década de 1970 é um marco divisor no tocante ao uso do solo, na mudança na cobertura vegetal e no início da expansão do tecido urbano de Maceió em direção ao litoral sul do Estado de Alagoas. Esse período foi marcado pela realização de obras do setor industrial e do poder público na infraestrutura local, anos depois foi criada a unidade de conservação estadual, a Área de Proteção Ambiental de Santa Rita – APASR e diversos empreendimentos começaram a se instalar na região (Quadro 01).

Quadro 01 - Obras, Empreendimentos e a questão ambiental na região.

Atividades socioespaciais e ambientais	Ano	Localização
Implantação da Salgema S/A	1976	Entre o Bairro do Pontal da Barra e Trapiche na porção sul de Maceió. Área de restinga, situada entre a laguna mundaú e a praia do sobral.
Inauguração da Rodovia AL/101 Sul	1979	Maceió ao Sul de Alagoas
Surgimento de diversos bares e Restaurantes (atual polo gastronômico)	1980	Massagueira, Marechal Deodoro
Início da construção de casas de segunda residência na região litorânea de Marechal Deodoro	Décad a de 1980	Marechal Deodoro – Região da Ilha de Santa Rita, Barra Nova, Massagueira e Francês.
Criação da APA de Santa Rita	1984	Coqueiro Seco, Maceió e Marechal Deodoro
Criação da Reserva Ecológica do Saco da Pedra	1985	Marechal Deodoro

⁴ Ressalta-se que a presente pesquisa focou na área entre a Ponte Divaldo Suruagy e a Massagueira em Marechal Deodoro. No povoado da Praia do Francês, que também apresenta um alto grau de crescimento imobiliário e turístico, encontramos um turismo de massa e o início de construções de prédios com poucos pavimentos, obedecendo o plano diretor, muitas casas ainda são de segunda residência e alugadas para turistas. A orla marítima passou por uma revitalização na qual houve retirada de barracas que se encontravam nas proximidades da praia e foi construído o hotel Ponta Verde com incentivo do BNDS. A praia do Francês faz parte do circuito turístico nacional, com bares, restaurantes e atrativos naturais procurados, principalmente, na alta temporada. Já nas áreas em direção ao centro de Marechal Deodoro, é possível verificar o aumento de condomínios residenciais, também ocupados por pessoas de Marechal, porém com grande ocupação de pessoas que viviam em Maceió e redondeza. Em 2018 a autora deste artigo, participou da elaboração do artigo: “FORMAÇÃO ECONÔMICA DE ALAGOAS: DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA À INDÚSTRIA “SEM CHAMINÉS” (TURISMO): DEPENDÊNCIAS E CONTRADIÇÕES” em parceria com outros autores. O artigo em tela pode ser acessado na página da revista Rural e Urbano: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/view/241077>> e versa sobre o turismo da praia do Francês. Interessante destacar a necessidade de pesquisar sobre as áreas nas proximidades do centro do município e identificar as principais dinâmicas espaciais, socioambientais e culturais decorrente.

Atividades socioespaciais e ambientais	Ano	Localização
Duplicação da Salgema com Instalação do polo Cloroquímico	1986	Tabuleiros de Marechal Deodoro
Licença de Implantação do Loteamento Brumas do Francês	1997	Massagueira de Baixo, em Marechal Deodoro, na Praia do Saco na Unidade de Conservação Sustentável APA de Santa Rita e nas Proximidades da Reserva Ecológica do Saco da Pedra.
Condomínio Laguna	2005	Comunidade da Barra Nova em Marechal Deodoro, as margens da Rodovia AL 101 Sul.
Duplicação em 25, 8 km de trechos da Rodovia AL 101 Sul	2012	Entre o Pontal da Barra, em Maceió, e o trevo do Gunga, na Barra de São Miguel.
Início da Construção do Drive da Cocada	2018	As margens da Rodovia AL 101 Sul, na Massagueira em Marechal Deodoro.
Vendas de lotes do Saco da Pedra Beach Residence	2018	Na Praia do Saco, Massagueira de Baixo, inserido na APA de Santa Rita e nas proximidades da RESEC Saco da Pedra. Esse empreendimento era conhecido como “Reserva das tartarugas” em seguida foi registrado como Parque Brumas do Francês e atualmente “Saco da Pedra Beach Residence” (nome fantasia).
Lançamento do condomínio residencial Vista Lagoa – Taboada incorporadora	2019	Localizando no povoado Barra Nova na AL 101 SUL em direção a Maceió
Expedição da Licença de Instalação pelo Instituto do Meio Ambiente do Condomínio Residencial Marumbi. Projeto execução ENGATU empreendimentos imobiliários	2020	Localizando no povoado Barra Nova na AL 101 SUL em direção a Maceió
Início das obras do condomínio residencial Santé – Licença de Instalação expedida pelo Instituto do Meio Ambiente. Empreendimento da SIX Urbanismo	2021	Localizando no povoado Santa Rita na AL 101 SUL em direção a Massagueira
Condomínio Residencial Ilha Bela	2021	Localizando no povoado Santa Rita na AL 101 SUL em direção a Massagueira
Início das Obras da Loja Carajás	2022	Localizada na comunidade da Massagueira, na Área de Proteção Ambiental de Santa Rita

Fonte: Plano de Manejo da APA de Santa Rita (ALAGOAS, 2015); Vieira (1997); Machado (2016); Marechal Deodoro, (2018). Dados obtidos também em campo. Quadro elaborado pela autora (2022)

Conforme apresentado no (Quadro 01), na década de 1980 houve a duplicação da indústria Salgema, atual Braskem, com a instalação do Polo Cloroquímico de Alagoas – PCA, conhecido como distrito industrial, localizado na região dos tabuleiros de Marechal Deodoro.

Vieira (1997), afirma que com intuito de justificar a duplicação da Salgema, a mídia local apresentou várias notícias sobre a dimensão do empreendimento para economia alagoana, de modo que, em 12 de outubro de 1984, o presidente da Salgema, “Ronaldo Miragaya” afirmou para o jornal Gazeta de Alagoas, que:

[...] o faturamento deste ano alcançará a casa dos 200 bilhões, contra os 60 bilhões do ano passado, representando uma expansão superior a 100% do faturamento bruto da empresa, que manterá o nível de exportação, 40% da produção, ou seja, 38 milhões de dólares. Além disso, a Salgema absorve atualmente (compra) Cr\$ 7 bilhões de álcool por mês. Atualmente ela adquire 40% da produção de álcool das destilarias

alagoanas, representando aproximadamente 500 milhões de litros (GAZETA DE ALAGOAS, citado por, VIEIRA, 1997, p. 25).

Como se nota, além do apoio da mídia, que inclusive pertencia e pertence a grupos de famílias que detém boa parte das terras alagoanas com a produção de açúcar e álcool, e com a utilização de parte desses produtos pela Salgema, a duplicação beneficiaria ainda mais a elite sucroalcooleira de Alagoas e o mais importante, a Salgema e sua duplicação não iriam competir economicamente com as usinas. Assim, a provável salvação da economia do Estado, foi na realidade com o apoio do governo, a tentativa de salvar os usineiros.

Segundo Vieira (1997), a Salgema Indústrias Químicas S/A, altamente poluente, começou a operar em 1976 e inicialmente produzia soda cáustica a partir da matéria-prima salgema, que foi encontrada em grande quantidade no subsolo do bairro do Mutange em Maceió, e:

A instalação da Salgema integrava, portanto, a política de desenvolvimento nacional, pois supriria de cloro o Pólo de Camaçari, onde foi pretendida pela Dow Química, num processo polêmico e característico da influência das multinacionais na economia brasileira, e da formação de anéis burocráticos como estratégias para influenciar e dirigir as decisões do governo burocrático-autoritário (VIEIRA, 1996, p. 23).

Essa primeira etapa constituiu a criação do Polo Cloroquímico de Alagoas (PCQA), no Bairro do Pontal da Barra em Maceió que seria agregado a segunda parte, localizada no Tabuleiro dos Remédios, em Marechal Deodoro, entre as lagoas Mundaú e Manguaba por meio de dutovias que cortam os canais em dois pontos distintos.

Na trajetória de sua viabilização, além do embate Salgema-Dow Química, ressalta-se o modelo de associação entre os capitais multinacional, nacional estatal e nacional privado, o modelo tripartite, no caso o capital multinacional representado pelo Dupont de Nemours, responsável pela tecnologia e o capital estatal assumido pelo BNDS e posteriormente pela Petroquisa (VIEIRA, 1996, p. 23).

Houve investimento de 70 milhões para o setor químico e petroquímico pelo Governo Federal para Salgema e 100 milhões, com moeda daquele período, para o Polo Cloroquímico que ainda não estava construído, conforme quadro 2.

Quadro 2- Investimentos previstos entre 1975 e 1979 para o setor Químico/Petroquímico.

Projeto	Objetivo	Valor Total (US\$ milhões)	Data de Operação
I Polo (São Paulo)	-	90,0	n.d.
II Polo (Bahia)	-	1.3000,0	1978/9
III Polo (Rio Grande do Sul)	-	800,0	1980
Salgema	Soda Cáustica e Cloro	70,0	1977
Polo Cloroquímico (Alagoas)	-	100,0	1978
Alcanorte	-	100,0	1978
ICC	Ácido Sulfúrico	30,0	-

Butiflex	-	100,0	-
Estireno	-	50,0	-
Dow	Soda e óxido de propeno	80,0	-
Outros	-	300,0	-

Fonte: Pinto (2004) citado por BNDE (1974).

Na contemporaneidade, o polo de Alagoas, localizado em Marechal Deodoro, é um dos principais do Brasil na produção de soda cáustica, dicloroetano, PVC, ácido clorídrico, hipoclorito de sódio e hidrogênio, junto a Camaçari na Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul. (SENAI, 2007, apud DIODATO, 2017).

A duplicação da Salgema foi contestada por segmentos sociais e moradores de algumas comunidades do entorno. Sua presença na área urbana de Maceió colocava em risco a população, principalmente pelos vazamentos de cloro e os efeitos poluentes da sua produção, conforme versos de um morador, conhecido como “Pancho”, na década de 1980, citado por (VIEIRA, 1997, p. 9).

**Doutor eu imploro
 Livre a gente da morte pelo cloro!**

Dizem que vão
 Desapropriar
 O Pontal da Barra
 Olha aí seu doutor
 Eu só saio na marra!

Doutor eu imploro
 Livra a gente da morte pelo cloro!

Pesco saúna
 Pesco cavala
 Pesco mandim
 Se o Pontal acabar
 Meu Deus do Céu, que será de mim!

Doutor eu imploro
 Livre a gente da morte pelo cloro!

Eu tenho canoa
 Tenho tarrafa
 E tenho gereré
 Que posso fazê
 Pra dá de comê
 Os meus filhos e minha muié

Doutor eu imploro
 Livre a gente da morte pelo cloro!

É criança repleta de caroço
 Alvorço com tanto vazamento
 Pescador vai pescar não aguenta

Deixa de pescar porque se sente mal
Pede apelo ao governo federal
Salve o povo humilde do Pontal!

Doutor eu imploro
Livre a gente da morte pelo
CLORO!

Nos versos acima, um morador do bairro do Pontal da Barra fala da sua identificação e sentimento pelo lugar e sobre os impactos socioambientais decorrentes da instalação desse equipamento industrial. Várias denúncias foram feitas, desde o início de sua operação até os dias atuais. “O medo, o clima de insegurança permanente no bairro ⁵depois da implantação da Salgema foram, em vários momentos, amplamente documentados pela imprensa, com inúmeros depoimentos de moradores da dificuldade do convívio com a poluição” [...] (VIEIRA, 1996, p. 27).

A localização da Salgema na restinga do Pontal da Barra em Maceió foi determinada pela tecnoburocracia ligada a Petroquímica e do governador daquela época Afrânio Lages, todavia sua implantação se deu no Governo Divaldo Suruagy na década de 70. O empreendimento “[...] atendia aos objetivos do II PND, e considerava para a sua localização, a proximidade da matéria prima do subsolo de Maceió, e a facilidade de escoamento através de porto marítimo” (VIEIRA, 1996, p. 24).

Mesmo diante de todos os impactos socioambientais que a indústria estava causando, com protestos e mobilizações de setores da sociedade, em especial do Movimento pela Vida – MOVIDA, que foi formado em 1984, pelo sindicato de jornalistas envolvendo o retorno dos exilados da ditadura militar, dez anos após a construção da Salgema, houve sua duplicação.

A conjuntura política nacional mais uma vez influenciou localmente. Nos anos 1970, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, com apoio total do governo militar no incentivo a qualquer custo da industrialização do país, nesse período houve no Estado de Alagoas a construção desta indústria, causando vários conflitos no tocante a segurança da sociedade e os riscos socioambientais⁶.

⁵ O bairro do Pontal da Barra se localiza no extremo sul de Maceió, fazendo divisa com o município de Marechal Deodoro.

⁶ No mesmo período em que durante a Conferência de Estocolmo na Suécia (1972) – Meio Ambiente Humano – o Brasil, representado pelo General Costa Cavalcanti, afirmou que pagaria o preço pelos impactos socioambientais, mas estava de “braços abertos” para que as industriais se instalassem no país. A repercussão dessa posição foi negativa no cenário mundial e o presidente do período, Ernest Geisel, criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, em 1973, mas na prática apenas atendia aos interesses do capital internacional.

Na região de Maceió, onde está instalada a respectiva indústria, há ocupação de espaços, em sua maioria, por famílias de renda baixa e comunidades tradicionais, que mesmo diante dos riscos oriundos da sua instalação, permaneceram no local. Com sua construção na porção sul de Maceió, a especulação imobiliária “pulou” para o litoral de Marechal Deodoro e Barra de São Miguel, influenciando assim a atual configuração espacial da área.

A partir dessa nova realidade espacial, outras obras foram realizadas, como apresentado no (Quadro 01), dentre elas destacam-se a construção da Rodovia AL/101 Sul e sua duplicação iniciada em 2010 por meio de recursos oriundos de órgãos como o Ministério do Turismo (MTur) e o PRODETUR/NE com emendas de bancada e uma contrapartida do Estado, AMA (2009) citado por Machado (2016).

Também houve a duplicação das pontes: Divaldo Suruagy no Pontal da Barra; Engenheiro Celso Araújo na Massagueira; Niquim e Maceiozinho na Barra de São Miguel; além da construção dos viadutos: Beroaldo Maia Gomes no Pontal da Barra, do Francês e da Barra de São Miguel, conforme (Figura 02 - A, B, C e D):

Figura: (02- A, B, C e D) – Obras de duplicações e construções de viadutos e pontes em Marechal Deodoro, Alagoas.



Fonte: Figura 2 A - Viaduto Beroaldo Maia Gomes (Detran) e Ponte Divaldo Suruagy – Foto - Machado (2016) apud SEINFRA (2012); 2 B – Ponte da Massagueira – foto- Luciano Lopes Lima, 2018. 2 C - Viaduto do Francês – foto - Fonte: Machado (2016) apud Cavalcanti (2012); 2 D – Viaduto da Barra de São Miguel – foto - Fonte: Machado (2016) apud Cavalcanti (2012).

As respectivas obras na infraestrutura local, para beneficiar a cadeia produtiva da química e do plástico e as oligarquias açucareiras do estado, possibilitaram a diminuição do

trânsito e do tempo entre o centro da capital alagoana e demais municípios do litoral Sul de Alagoas, contribuindo dessa forma para a expansão do tecido urbano de Maceió em direção a Marechal Deodoro.

Entretanto, ocasionou diversos impactos socioambientais e desterritorialização das comunidades tradicionais, principalmente na Área de Proteção Ambiental de Santa Rita, no espaço ocupado por Marechal Deodoro. Antes dessas obras, os principais sítios urbanos na APA, mas com pouca densidade demográfica, era o da comunidade da Barra Nova e Massagueira, como se pode notar:

A princípio no final da década de 80, os mesmos, resumiam-se apenas ao povoado de Santa Rita e Massagueira, expandindo-se em seguida com a construção da Rodovia AL – 101 Sul na década de 80, o que ocasionou o crescimento desordenado dos povoados da Massagueira e Barra Nova nos meados da década seguinte. O avanço desse desordenado ocupou parte dos campos e principalmente os cultivos do coco-dabaía, e principalmente dos manguezais as beiras dos canais de Dentro (povoado da Massagueira/Rua Nova) e canal de Fora (Barra Nova) e boa parte da Floresta Estacional Semidecidual que cobria os terraços holocênicos da Ilha de Santa Rita (ALAGOAS, 2015, p. 169).

Até a década de 1990 e início dos anos 2000, nestas comunidades, verificavam-se muitas casas de segunda residência, todavia após duplicação da AL 101 Sul essa realidade foi sendo modificada. Muitas residências e condomínios, atualmente, estão ocupados como primeira residência por pessoas que moravam em Maceió. Essa questão pode ser explicada pelo fato de que a porção sul de Maceió, no bairro do Pontal da Barra, foi ocupado pela indústria cloroquímica e a parte alta da cidade (aqui se entende como a região dos tabuleiros) é distante do centro da capital e tem trânsito intenso, demandando muito tempo de deslocamento.

Então, se torna mais viável, para aqueles que dispõem de recursos financeiros, comprarem lotes ou casas nestas comunidades, porém por essas áreas estarem localizadas em unidades de conservação, próximas às praias e se inserirem na rota turística “Lagoas e Mares do Sul⁷”, o metro quadrado se torna mais caro com alto grau de especulação imobiliária.

Outro fato que merece destaque, que está influenciando no aumento populacional e imobiliário em Marechal Deodoro, principalmente a partir dos anos 2020, foi o crime

⁷ Para maiores informações ler o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do **Polo Lagoas e Mares do Sul**, elaborado em 2012, com financiamento do Ministério do Turismo. Acesso em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/ALAGOAS/PDITS_LAGOA_E_MARES_DO_SUL.pdf. Envolve os municípios de: **Pilar, Santa Luzia do Norte, Coqueiro Seco, Marechal Deodoro, Barra de São Miguel, Roteiro, Jequiá da Praia, Coruripe e Feliz Deserto.**

socioambiental ocasionado pela mineração da Braskem, o qual provocou o afundamento do solo nos Bairros do Pinheiro, Bebedouro, Mutange e Bom Parto em Maceió, fazendo com que os moradores migrassem para outras áreas da cidade de Maceió e municípios da região metropolitana, como é o caso das comunidades em Marechal Deodoro, especificamente na Massagueira, Barra Nova e Santa Rita, localizadas a cerca de 15km do centro de Maceió.

Em decorrência da reprodução do espaço por meio da especulação da terra, da expansão do tecido urbano de Maceió e da falta de incentivos do poder público, percebem-se mudanças significativas no que tange a cultura, principalmente com encerramento de grupos de manifestações folclóricas, como por exemplo, o “Samba do Matuto⁸”, criado há cerca de 17 anos pela senhora Ana Sousa da Silva e composto pela terceira idade. “Ela aprendeu a dançar com o Sr. Bililiu, também morador do povoado da Massagueira, aos 11 anos de idade [...]” (SANTOS, 2016, p. 84). O grupo pouco se apresenta, não há renovação dos membros nem investimentos para manter viva essa tradição, como nota-se:

O samba não conta com ajuda financeira de nenhum empresário ou poder público. A ajuda para pagamento dos músicos é obtida por meio da comunidade, que participa dos bingos promovidos pelo grupo para arrecadar fundos. Outra forma possível de arrecadação é durante as apresentações em que, após a cantada coletiva, um membro oferece uma peça a determinada pessoa presente e muitos sobem no palanque e deixam algum dinheiro (SANTOS, 2016, p. 84).

Foi identificada a existência de outros grupos culturais, como o “Pastoril Divina Pastora”, fundado há cerca de 12 anos, “Os dois grupos sequer têm espaço adequado para fazer os ensaios, algumas integrantes já apresentam problemas de saúde e não há nenhuma ação no município para dar sustentabilidade à essas manifestações” (SANTOS, 2016, p. 84). Relatos acima se referem ao grupo de Samba do Matuto e ao Pastoril Divina Pastora. Além desses, outros grupos já existiram na Massagueira, como o Pastoril Imaculada Conceição, o Pastoril Nossa Senhora da Conceição e as Baianas da Terceira Idade⁹. Esse último ¹⁰é o mais antigo, fundado há mais de 50 anos, no entanto atualmente encontra-se desativado.

⁸ Só existem dois grupos em Alagoas – Um em Maragogi e o outro na Massagueira, mas ambos com risco de desaparecimento.

⁹ O pastoril Imaculada Conceição foi fundado por Vandete Correia da Silva em 1987 e encerrado em 2002 por falta de recursos e problemas de saúde das dançarinas, que utilizavam recursos próprios para manter a tradição cultural. O pastoril Nossa Senhora da Conceição, fundado em 2011, por Maria Amélia Costa Vieira, mas atualmente está desativado por falta de recursos (SANTOS, 2016).

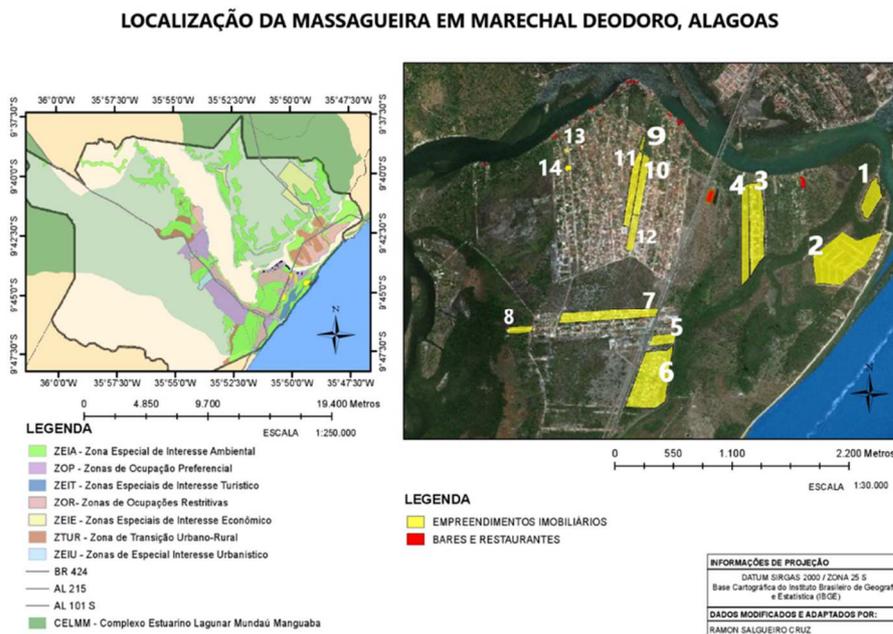
¹⁰ Foi fundado pela senhora Celina Souto que, aos 95 anos, fez um pedido à sua sobrinha, Jucinéia Souto Pereira para continuar com o grupo, que durou até 2015 (SANTOS, 2016).

No que tange as dinâmicas socioambientais, como mencionado, parte das áreas que vêm sendo ocupadas por empreendimentos imobiliários, estão localizadas na unidade de conservação estadual APA de Santa Rita, a qual vem sofrendo diversos impactos ambientais negativos.

Na comunidade da Massagueira, por exemplo, foi possível identificar empreendimentos imobiliários (Figura 03) ocupando áreas as margens da AL 101 sul, em locais que deveriam ser preservados e nas proximidades da Praia do Saco. Cabe ressaltar que muitos desses equipamentos usam nomes relacionados aos recursos naturais, mas contraditoriamente foram edificados devastando áreas e dificultando o acesso da população a praia.

Na Massagueira foram identificados 14 (catorze) empreendimentos imobiliários ¹¹(Figura 03) desses, 06 (seis) estão localizados da região da Massagueira de Baixo, onde se encontra a praia do Saco da Pedra, e 08 (oito) na Massagueira de Cima, onde parte dos bares e restaurantes estão inseridos com alto grau de ocupação.

Figura 03- Mapa de localização da Massagueira e mapeamento dos empreendimentos imobiliários



Fonte: Ramon Salgueiro Cruz, 2018.

¹¹ 1. Loteamento Parque Brumas do Francês – Área 01 (atual Saco da Pedra Beach Residence); 2. Loteamento Parque Brumas do Francês – Área 02 (atual Saco da Pedra Beach Residence); 3. Loteamento Ilha da lagoa (atual Residencial Ilha da Lagoa); 4. Loteamento Lagoa Doce (atual Residencial Enseada da Lagoa); 5. Loteamento Brisas Mares do Sul (atual Brisa Mares do Sul Flex Residence); 6. Loteamento Granville (atual Residencial Granville); 7. Residencial Mares do Sul; 8. Residencial Brisa da Lagoa; 9. Condomínio Residencial Ilha da Croa; 10. Loteamento Encontro das Marés; 11. Residencial Encanto das Marés; 12. Loteamento Brisas da Lagoa; 13. Residencial Gigi Ferreira; 14. Village Massagueira Condomínio.

Estes empreendimentos estão localizados, especificamente, em quatro áreas do Plano Diretor, que são: Zonas Especiais Interesse Turístico – ZEIT; Zona de Especial de Interesse Ambiental – ZEIA; Zonas de Ocupações Restritas – ZOR; e Zonas de Ocupação Preferencial – ZOP.

A estética presente na natureza é utilizada nas propagandas, no nome dos empreendimentos e incorporada nos discursos dos agentes imobiliários associando os imóveis ao contato com a natureza que remete a qualidade de vida, como Saco da Pedra Beach Residence, Brisas Mares do Sul, Enseada da Lagoa, Ilha da Lagoa, Encontro das Marés, Encanto das Marés, Ilha da Croa Residencial e outros. Como afirma Haug, “a função que leva à abstração estética da mercadoria é a função e realização que obtém, na promessa estética de valor de uso, o seu meio motivador da compra” (HAUG, 1996, p. 74).

Contudo, parte destes loteamentos, residenciais e condomínios que vêm sendo construídos desde a década de 1990 na região da Massagueira, Barra Nova e Santa Rita, estão inseridos da APA de Santa Rita e no entorno da RESEC Saco da Pedra, esta última se enquadra como uma região de fragilidade ambiental, com alto grau de vulnerabilidade por ser uma área de estuário lagunar com muita variação de maré, vegetação de restinga, presença de manguezais na mata atlântica, e uma fauna costeira específica, com locais de desova de tartarugas marinhas e um sítio arqueológico de Sambaquis na região da praia do Saco da Pedra, todavia foi aprovado em 1997 a construção de um loteamento denominado “Reserva das Tartarugas”, depois foi chamado de Parque Drumas do Francês e atualmente seus lotes estão sendo vendidos com nome fantasia “Saco da Pedra Beach Residence”.

Assim, a monetarização do espaço urbano pelo setor imobiliário contribui para acumulação do capital, que de acordo com Mészáros (2002) citado por (BARBOSA; GOMES, 2016, p. 337), “O sistema do capital constitui um modo de controle sociometabólico incontrolavelmente voltado para sua expansão contínua no tempo e no espaço”. Para os autores é em nome do capital que as necessidades humanas se tornam secundárias.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferente do que ocorre no litoral norte de Alagoas, com intervenção de grandes construtoras e incorporadoras com mega projetos imobiliários, em Marechal Deodoro, percebe-

se que está sendo formado um núcleo de extensão da classe média e alta de Maceió concentradas em residenciais e condomínios fechados com padrões variados.

Verificou-se que a expansão do tecido urbano de Maceió em direção a Marechal Deodoro também vem sendo intensificada em decorrência do crime socioambiental da mineradora Braskem que afundou solos de bairros em Maceió, fazendo com que os moradores dos bairros afetados em Maceió procurassem outras áreas para viver, sendo as comunidades da Massagueira, Santa Rita e Barra Nova locais ideais pela proximidade do centro de Maceió e por deterem diversos recursos naturais.

Essa recente configuração socioespacial provoca impactos ambientais negativos e segregação espacial, pois nota-se ocupação de ambientes que deveriam ser protegidos e a produção capitalista de espaços, os quais são vendidos por valores altos, fazendo com que apenas pessoas com poder aquisitivo alto tenham acesso a porções privilegiadas do território.

Ainda, entende-se que a estética atribuída à mercadoria, no caso imobiliário, se utiliza dos elementos como raridades ou amenidades relacionadas à natureza para agregar valor e ampliar a acumulação do capital. Contudo, a expansão desses empreendimentos, como acontece em Marechal Deodoro, é inversamente proporcional à ideia de raridade e amenidades, o que torna esse processo de produção do espaço contraditório em sua essência, vistos os limites de exploração da natureza frente à transformação do espaço.

É provável que com a finalização e vendas destes loteamentos e de outras áreas em processo de estruturação, o espaço seja amplamente ocupado, causando também a privatização das áreas públicas de loteamentos e destruição das poucas áreas de proteção permanente que ainda existem no município.

V REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Santa Rita**, 2015.

Disponível em: <<http://www.ima.al.gov.br/unidades-de-conservacao/uso-sustentavel/apa-de-santa-rita/>>. Acesso em 28/04/2018.

BARBOSA, Adauto Gomes; GOMES, Edvânia Tôrres; **Reflexão sobre o papel do setor imobiliário na acumulação urbana**. Rev. Sociedade e Natureza., Uberlândia, 28 (3), 2016.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato.

Geografia: conceitos e temas. – 10ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand, 2007. 15-44 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática. S.A, 1989.

DIODATO, Railson Vieira. **Da concepção de um Polo Cloroquímico ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Química e do Plástico de Alagoas**. Dissertação (Mestrado em

- Geografia)- Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDMA, Universidade Federal de Alagoas, 2017.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da estética da mercadoria**. Tradução Erlon José Paschoal; colaboração Jael Glauce da Fonseca. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 01/05/2018.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. – São Paulo: Abril Cultural. Brasiliense, 1985.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7 ed. Trad. NEVES, Célia; TORÍBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- MACHADO, Carla Guimarães. **Vilegiatura marítima e urbanização litorânea: as transformações no litoral do município de Barra de São Miguel, AL**. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado-DEHA. Universidade Federal de Alagoas, 2016.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. Marechal Deodoro: Câmara Municipal de Vereadores, 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO. Lei Municipal Nº 1.231, de 21 de dezembro de 2017. **Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Município de Marechal Deodoro e adota outras providências**. Marechal Deodoro, 2017.
- SANTOS, Chistiany Correia dos. **Turismo e Patrimônio Cultural da cidade de Marechal Deodoro/ AL**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos) da Universidade Estadual do Ceará, 2016.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. Nobel, 4 ed. São Paulo: Edusp 2014.
- _____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**.- 4. ed. 7. reimp. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. (Coleção Milton Santos; 1)
- SOUZA, Jessé. **A subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.
- TONET, Ivo. **Método Científico: Uma abordagem ontológica**. 2.ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.
- VIEIRA, Maria do Carmo. **Daqui só saio o pó: conflitos urbanos e mobilização popular: a Salgema e o Pontal da Barra**. Maceió: EDUFAL, 1997.